

Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A238	Administração 4.0 [recurso eletrônico] : flexibilidade para a inovação das organizações / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-520-4 DOI 10.22533/at.ed.204190607 1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. CDD 658.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações”, publicada pela Atena Editora, compreende um conjunto de vinte e quatro capítulos que abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração, promovendo o debate sobre estratégias, ações e mecanismos flexíveis focados na inovação das organizações.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre administração das organizações, com foco na inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega à área da gestão à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre diversos temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão para a inovação. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Grau de Inovação das Micro e Pequenas Empresas: uma análise sob a ótica do radar de inovação” e objetivou evidenciar a importância da inovação para as micro e pequenas empresas, apresentando o grau de inovação de uma microempresa que participou do projeto Agentes Locais de Inovação (ALI), no período de 2009 a 2011. O segundo capítulo tem como título “Perfil dos Empreendedores Brasileiros: o que mostra a pesquisa SEBRAE/ IBQP/ *Global Entrepreneurship Monitor*” e objetivou identificar o perfil do empreendedor brasileiro, utilizando a metodologia de pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O terceiro capítulo, intitulado “Pequenas e Médias Empresas: modelagem de processos de negócios e seus desafios”, objetivou elucidar os esforços, os desafios e oportunidades de pequenas e médias empresas em desenvolverem-se no mercado nacional e estrangeiro por meio do uso do gerenciamento de processos de negócio e suas vertentes.

O quarto capítulo é intitulado “Visão Crítica das Políticas de Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento em Pequenas Empresas” e objetivou debater a importância da articulação teórica entre políticas de gestão de pessoas (GP) e gestão do conhecimento nas pequenas empresas. O quinto capítulo tem como título “Estilos de liderança e a Teoria da Liderança Situacional de Hersey e Blanchard” e apresenta a Teoria da Liderança Situacional como uma ferramenta de gerenciamento que faz uso de diferentes estilos de liderança existentes aproveitando suas virtudes conforme o grau de maturidade do colaborador. O sexto capítulo, intitulado “A Percepção do Colaborador acerca da Implantação de um Plano de Cargos e Carreira: um estudo de caso em uma ICES – Instituição Comunitária de Ensino Superior”, teve como objetivo investigar a percepção dos colaboradores de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES) sobre a implantação do plano de cargos e carreira.

O sétimo capítulo tem como título “Violência Simbólica e Empoderamento:

mulheres que ocupam cargos de direção em centros universitários” e buscou analisar a percepção da existência de empoderamento e/ou da vivência da violência simbólica no cotidiano de trabalho de cinco mulheres que ocupam cargos de alta direção em Centros Universitários, em Belo Horizonte - MG. O oitavo capítulo é intitulado “Equidade Salarial Feminina no Mercado de Trabalho: reflexões a partir de um levantamento bibliográfico” e teve como objetivo nortear novos administradores nas questões relacionadas à equidade salarial através de um levantamento bibliométrico de pesquisas sobre o tema. O nono capítulo é intitulado “Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição: é possível situá-la no círculo das matrizes epistêmicas?” e explora a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (TCPO), no âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas (CME), com base na Sociologia das Ausências, das Emergências, da Teoria (trabalho) de Tradução, bem como na Razão Subjacente: a Razão Cosmopolita como crítica à Razão Indolente.

O décimo capítulo tem como título “Descentralização das Ações de Indução da Cultura da Inovação: estudo do setor confeccionista no município de Curvelo/MG” e estudou a importância da implementação de uma rede inovadora nos municípios onde há unidades CEFET-MG, a fim de consolidar uma política inovadora. O décimo primeiro capítulo é intitulado “Modelo de Internacionalização de Empresas com Suporte nas Teorias Uppsala e Capital Social” e objetivou propor um modelo de internacionalização com suporte na relação entre a Teoria *Uppsala* e a Teoria do Capital Social. O décimo segundo capítulo tem como título “Capital Social e Ensino Superior na Perspectiva da Internacionalização” e objetivou elaborar um *framework* para compreender a internacionalização do Ensino Superior, por meio do capital social desenvolvido em Cooperação Acadêmica Internacional.

O décimo terceiro capítulo é intitulado “Transparência na Administração Pública Municipal do Estado da Paraíba” e objetivou verificar se os 223 municípios que formam o estado da Paraíba estão divulgando os instrumentos de transparência pública previstos no artigo 48 da Lei Complementar n 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos portais eletrônicos dos municípios. O décimo quarto capítulo tem como título “*Accountability* como Ferramenta de Controle e Transparência na Universidade Federal de Rondônia” e objetivou analisar como a Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN) cumpre os critérios de divulgação e transparência exigidos pela Lei de Acesso à Informação e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O décimo quinto capítulo, intitulado “Carta de Serviços ao Usuário: um estudo de caso numa grande universidade federal brasileira”, teve como objetivo verificar se o capítulo 2 do Decreto 9.094/2017 está sendo atendido nas universidades públicas federais brasileiras, ou seja, se a carta está disponibilizada ao usuário.

O décimo sexto capítulo é intitulado “Administração Transnacional, Governança Global e Política Mundial: as vicissitudes do mundo em transe” e desenvolve ensaio teórico à luz de Octavio Ianni, David Coen e Tom Pegrum, e Anne-Marie Slaughter. O décimo sétimo capítulo, intitulado “As Perspectivas Acadêmicas da Trajetória das

Políticas de Previdência Social no Brasil”, buscou analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. O décimo oitavo capítulo tem como título “Análise de Políticas Públicas: reflexões sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu” e apresenta as principais características do bambu, seu uso nas atividades produtivas, como também analisa sinteticamente a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

O décimo nono capítulo tem como título “Reduzir, Reutilizar e Reciclar - Sustentabilidade de um Centro de Triagem de Materiais Recicláveis: estudo de caso” e buscou apresentar uma proposta de gestão financeira para um centro de triagem visando sua sustentabilidade no mercado de materiais recicláveis localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. O vigésimo capítulo é intitulado “Custo da Promoção versus o Retorno da Promoção: o caso da GODAM Alimentos” e objetivou mostrar os custos e os retornos esperados de uma ação promocional através do trabalho de um promotor de vendas desta empresa dentro de uma empresa-parceira (cliente). O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Perfil e-Consumidor dos Discentes do Curso de Administração de uma IES Brasileira” e objetivou conhecer o perfil e-consumidor dos alunos do curso de administração.

O vigésimo segundo capítulo é intitulado “Mito x Realidade: o *tag along* como mecanismo de proteção do acionista minoritário das sociedades anônimas brasileiras” e objetivou identificar a efetividade do *tag along* como prática de governança corporativa que protege o acionista minoritário da ação dos acionistas controladores em caso de alienação de controle. O vigésimo terceiro capítulo, intitulado “Análise da Carteira Eficiente entre o Mercado Imobiliário e os Títulos Públicos Federais”, objetivou apresentar uma solução para maximizar um portfólio, utilizando a combinação de investimentos diferentes, buscando, com isso, obter a melhor relação risco-retorno. O vigésimo quarto capítulo tem como título “*Organizational Learning as a Driver of a Social Business Model: a case study*” e investiga como os agricultores orgânicos no Sul do Brasil estão tornando seu negócio social operacionalmente sustentável, criando um ambiente de aprendizagem.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GRAU DE INOVAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO RADAR DE INOVAÇÃO	
Jéssica dos Santos Veiga Anderson Luís do Espírito Santo Rosa de Barros Ferreira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.2041906071	
CAPÍTULO 2	18
PERFIL DOS EMPREENDEDORES BRASILEIROS: O QUE MOSTRA A PESQUISA SEBRAE/ IBPQ/ GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR	
Ângelo José Penna Machado Carlos Rodrigo da Silva Ywrynicksom Ramos Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906072	
CAPÍTULO 3	34
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E SEUS DESAFIOS	
Roquemar de Lima Baldam Daniel Vasconcelos Castro Morgana de Freitas Guaitolini Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2041906073	
CAPÍTULO 4	49
VISÃO CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PEQUENAS EMPRESAS	
Talita Bernardi Goettens Denize Grzybovski	
DOI 10.22533/at.ed.2041906074	
CAPÍTULO 5	58
ESTILOS DE LIDERANÇA E A TEORIA DA LIDERANÇA SITUACIONAL DE HERSEY E BLANCHARD	
Elvis Magno da Silva Caique Bevilaqua Vilas Boas Rondinelli Heitor Resende Andrade Heloísa Teixeira Fidelis Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906075	
CAPÍTULO 6	69
A PERCEPÇÃO DO COLABORADOR ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE CARGOS E CARREIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ICES – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR	
Eder Ocimar Schuinsekel Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	
DOI 10.22533/at.ed.2041906076	

CAPÍTULO 7	84
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E EMPODERAMENTO: MULHERES QUE OCUPAM CARGOS DE DIREÇÃO EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS	
Cristiane Chaves Caldas Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo Ana Lúcia Magri Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906077	
CAPÍTULO 8	96
EQUIDADE SALARIAL FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Eline dos Anjos Washington Ângelo	
DOI 10.22533/at.ed.2041906078	
CAPÍTULO 9	113
TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO: É POSSÍVEL SITUÁ-LA NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2041906079	
CAPÍTULO 10	131
DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INDUÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO: ESTUDO DO SETOR CONFECCIONISTA NO MUNICÍPIO DE CURVELO/MG	
Ronaldo Ferreira Machado Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga Nilton da Silva Maia Antônio Guimarães Campos Maria de Lourdes Couto Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.20419060710	
CAPÍTULO 11	145
MODELO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS COM SUPORTE NAS TEORIAS UPPSALA E CAPITAL SOCIAL	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060711	
CAPÍTULO 12	168
CAPITAL SOCIAL E ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060712	

CAPÍTULO 13	190
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA	
Marinely Costa de Lima	
Maria Manuela Costa de Lima	
Iran Jefferson Ribeiro de Lima	
Vera Lúcia Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.20419060713	
CAPÍTULO 14	207
ACCOUNTABILITY COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	
Daniela Dourado Santos	
Marcilene de Assunção	
Marlene Valério dos Santos Arenas	
DOI 10.22533/at.ed.20419060714	
CAPÍTULO 15	223
CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NUMA GRANDE UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA	
Joyce Vasconcelos Coutinho dos Reis	
Diego Fillipe de Souza	
Jorge da Silva Correia Neto	
DOI 10.22533/at.ed.20419060715	
CAPÍTULO 16	236
ADMINISTRAÇÃO TRANSNACIONAL, GOVERNANÇA GLOBAL E POLÍTICA MUNDIAL: AS VICISSITUDES DO MUNDO EM TRANSE	
Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	
DOI 10.22533/at.ed.20419060716	
CAPÍTULO 17	248
AS PERSPECTIVAS ACADÊMICAS DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	
Raquel Andrade e Silva	
Elaine Aparecida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.20419060717	
CAPÍTULO 18	261
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO AO MANEJO SUSTENTADO E AO CULTIVO DO BAMBU	
Fábio Moita Louredo	
Ricardo de Souza Martins da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060718	

CAPÍTULO 19	273
REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR - SUSTENTABILIDADE DE UM CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ESTUDO DE CASO	
Ricardo Zerinto Martins	
DOI 10.22533/at.ed.20419060719	
CAPÍTULO 20	284
CUSTO DA PROMOÇÃO VERSUS O RETORNO DA PROMOÇÃO: O CASO DA GODAM ALIMENTOS	
Elvis Magno da Silva	
Dayana Christina dos Reis	
Sibila Fernanda Martins Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20419060720	
CAPÍTULO 21	293
PERFIL E-CONSUMIDOR DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES BRASILEIRA	
Igor Ferreira de Fúcio	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Lilian Beatriz Ferreira Longo	
DOI 10.22533/at.ed.20419060721	
CAPÍTULO 22	308
MITO X REALIDADE: O TAG ALONG COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO ACIONISTA MINORITÁRIO DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS BRASILEIRAS	
Éder de Souza Beirão	
João Paulo Cavalcante Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20419060722	
CAPÍTULO 23	324
ANÁLISE DA CARTEIRA EFICIENTE ENTRE O MERCADO IMOBILIÁRIO E OS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.20419060723	
CAPÍTULO 24	336
ORGANIZATIONAL LEARNING AS A DRIVER OF A SOCIAL BUSINESS MODEL: A CASE STUDY	
Michelle Dauer	
Michele de Souza	
Luiz Reni Trento	
DOI 10.22533/at.ed.20419060724	
CAPÍTULO 25	348
A IMPORTÂNCIA DO LIDER COACHING NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO COM A EQUIPE DO NÚCLEO DE PESQUISA - OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO ESTADO DE GOIÁS	
Giovanna Adriana Tavares Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.20419060725	

CAPÍTULO 26	354
A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO CULTURAL NOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	
Carolina Pellissari Ribeiro Ana Leticia Rupel Jessica Cristine Metnek Patricia Kroetz Maggioni	
DOI 10.22533/at.ed.20419060726	
CAPÍTULO 27	364
PERCEPÇÕES SOBRE O (DES)ALINHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACCOUNTABILITY E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
Leonardo da Silva Trindade Matos Rosiane Maria Lima Gonçalves Antônio Carlos Brunozi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.20419060727	
CAPÍTULO 28	377
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	
André Luiz Alvarenga de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20419060728	
CAPÍTULO 29	393
REDUÇÃO DE FALHAS EM SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS COM O USO DAS TÉCNICAS FTA, FMECA E ANÁLISE CRÍTICA DE ESPECIALISTAS	
Roquemar de Lima Baldam Patrick Soares Silva Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.20419060729	
SOBRE O ORGANIZADOR	404
ÍNDICE REMISSIVO	405

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

André Luiz Alvarenga de Souza

professorandrealvarenga@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

Mestre em Administração, Doutorando em Educação, Especialista em Educação a Distância, Especialista em Gestão de Pessoas, Graduado em Administração, Serviço Social e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

RESUMO: O tema visa discutir a gestão no contexto da Economia Solidária. Partiu-se do pressuposto de que lógicas diferentes acarretam objetivos de gestão para contextos organizacionais distintos, considerando um construto social, implicando técnicas, ferramentas e áreas funcionais repletas de ideologias. Para que se possa chegar a uma resposta sobre como a Economia Solidária está sendo instituída no MS (?) a pesquisa se desenvolveu a partir de três momentos: inicialmente, a pesquisa apoiado em publicações de autores especialistas na área tais como Paul Singer, França Filho e Luiz Inácio Germany Gaiger; em um segundo momento em pesquisa e descrição de micro dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária referente ao último mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizados entre 2010 a 2012, enfocando os

empreendimentos presentes no Estado de Mato Grosso do Sul, e por fim, a pesquisa por meio de entrevistas com gerentes no seguimento da economia solidária subsidiou a a discussão dos dados e resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Autogestão. Empreendimento solidário.

INSTITUTIONALIZATION OF THE SOLIDARITY ECONOMY IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: The theme aims to discuss management in the context of Solidarity Economy. It was assumed that different logics imply management objectives for different organizational contexts, considering a social construct, implying techniques, tools and functional areas full of ideologies. In order to arrive at an answer about how the Solidarity Economy is being instituted in the MS (?) The research developed from three moments: initially, the research supported in publications of specialists authors in the area such as Paul Singer, França Filho And Luiz Inácio Germany Gaiger; In a second moment in the research and description of micro data made available by the National Secretariat of Solidary Economy referring to the last mapping of the solidary economic enterprises carried out between 2010 and 2012, focusing on the enterprises present

in the State of Mato Grosso do Sul, and finally, the Research through interviews with managers following the solidarity economy subsidized the discussion of data and results.

KEYWORDS: Solidary Economy. Self-management. Solidary enterprise.

1 | INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ECOSOL) aparenta ser um tema novo para nós, porém, é um conceito que se forma há muito tempo e que vem ganhando espaço na sociedade a cada dia. Segundo Singer e Souza (2003), “a Economia Solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando”. Observa-se ainda que diante o cenário de desemprego estrutural Braverman (1987), nos posiciona o que Taylor buscava não era a melhor maneira de trabalhar em geral, mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado, ou seja, a força de trabalho comprada e vendida.

Em 2003, inicia-se no Brasil um processo de institucionalização alavancado pelo nível federal com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a indicação do professor Paul Singer para secretário. Era o início do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores e marca o atendimento às demandas sociais pelo fomento à geração de trabalho e renda através de uma forma diferenciada de organização do trabalho, na tentativa de evitar grandes desigualdades de políticas neoliberais. Essa trajetória da (ECOSOL) como política pública estará então presente nas esferas Federais, Estaduais e Municipais gerando sinergia para a realização de diversos projetos de ajuda mútua.

Após dois mandatos de Lula, e do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff também eleita pelo Partido dos Trabalhadores, o processo de reeleição conturbado da Presidente faz com que o cenário político mudasse. O lado derrotado articula um processo de impeachment que culmina na perda do cargo em 31 de agosto de 2016, após três meses de tramitação do processo aprovado pela Câmara dos Deputados e iniciado no Senado.

Um desses indicativos foi a promoção da desarticulação de políticas públicas ao cortar e reincorporar ministérios e promover diversas trocas de lideranças em cargos de secretarias. Nesse contexto, Paul Singer, após 13 anos, deixa de ser secretário da SENAES e seu substituto é Natalino Oldakoski, servidor aposentado da Polícia Civil do Paraná.

Como questão norteadora busca-se esta pesquisa saber: como foi o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul? Assim sendo, decidiu-se por investigar os aspectos conjunturais da Economia Solidária no Brasil e em Mato Grosso do Sul, analisar seu processo de institucionalização e

as condições de atuação desse conjunto de atividades econômicas centradas na valorização do ser humano e não do capital.

Para que a fundamentação teórica tivesse respaldo maior, viu-se a necessidade de definir objetivos para direcionar o tema pesquisado. Definiu-se o objetivo geral, em avaliar o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul.

E os objetivos específicos buscando dar maiores detalhes ao tema principal, priorizaram-se em a. mapear os municípios que possuem lei sobre Economia Solidária; b. identificar as ações de processo de institucionalização da Economia Solidária do MS; e, c. investigar como alguns empreendimentos solidários estão no mercado e se beneficiando das políticas públicas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas

As políticas públicas vêm sendo definidas historicamente como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, cobrar ações de governos democráticos e constantemente avaliar essas ações propondo mudanças e adequações sempre que necessárias. A definição mais tradicional vem de Lasswell em 1936 “Quem ganha o quê, quando e como”, o autor considerado como um dos pais da política pública assinala uma definição em que explana que esta ciência política pode ser pensada como um fluxo de decisões públicas, orientado ao equilíbrio social e condicionado pelas reações que o provocam.

As políticas públicas e seus desdobramentos sociais podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas são asseguradas na própria lei que as institui. Assim, como no exemplo do caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Para tanto, hoje dispomos de um mecanismo de Lei que permite toda a população impetrar e participar de leis que visem a criação de políticas públicas.

Na política social, os processos de socialização iniciam-se, contudo, após o nascimento, e através, primeiramente, da família ou outros agentes próximos dos meios de comunicação de massas e dos grupos de referência. Desta forma, pode-se perceber a socialização como processos continuados através dos quais os seres humanos se interagem, adquirem conhecimentos e mecanismos de respostas às diferentes circunstâncias do viver social (DI PIETRO, 2006).

Do esforço para o convívio social emerge o estabelecimento de limites para as pulsões agressivas do homem. Na política, o domínio da agressão pelo indivíduo é

efetuado por meio do sentimento de culpa que surge não apenas quando este fez alguma coisa má, mas também quando identifica sua intenção de fazê-la (DI PIETRO, 2006).

Assim, em seu fazer cotidiano o indivíduo se constitui ao mesmo tempo em que é constituído pela sociedade em que está inserido com todas as contradições que esta constituição traz para a existência humana e social. O controle social das políticas públicas em face a administração pública deve sempre agir rigorosamente de acordo com normas constitucionais e legais que as competências dos seus órgãos estabelecem, delimitando o seu campo de atuação e estabelecendo controles dos quais se deve sujeitar.

Não parece existir uma classificação melhor que a outra, quando observadas em abstrato. A política redistributiva consiste na ação em que o poder público estabelece critérios que dão acesso a vantagens e esse acesso não privilegia sujeitos específicos, mas sim classes de casos ou assuntos. Um exemplo é a seguridade social, na qual o Estado dita as condições para que as pessoas possam se beneficiar, mas não há a separação individual de quem será beneficiado ou não. A política constitutiva se traduz na ação pública em que são definidas as normas e condições de poder. Um exemplo seria a revisão da Constituição de um país, introduzindo reformas institucionais ou administrativas (MENY; THOENIG, 1992).

As políticas públicas são constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, seguindo a premissa de: 1. Planos; 2. Programas; 3. Ações 4. Atividades.

Verifica-se que os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos, os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica, as ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação. Fica evidente nas tabelas 1 e 2 respectivamente, as legislações acerca da Economia Solidária nos estados e municípios brasileiros.

Tabela 1 - Legislação de economia solidária nos estados brasileiros

Estado	Legislação	Ano de edição
Espírito Santo	Lei nº 8.256	2006
Minas Gerais	Decreto nº 4.4898	2008
	Lei nº 15.028	2004
Mato Grosso	Lei nº 8.936	2008
Mato Grosso do Sul	Lei nº 3.039	2005
Pernambuco	Decreto nº 30.493	2007
	Lei Ordinária nº 12.823	2005
Rio de Janeiro	Lei nº 5.315	2008
Rio Grande do Norte	Lei nº 8.798	2006
Rio Grande do Sul	Decreto nº 41.062	2001

Fonte: OLIVEIRA, J. A. S. Economia Solidária: análise das políticas públicas aplicadas em Mato Grosso do Sul.

Diante deste contexto, as políticas públicas são de extrema importância para os desdobramentos sociais e se desenvolvem através de uma demanda social, porém quando falamos de Economia Solidária a legislação sobre o assunto ainda é superficial e insuficiente. Ao verificar os 26 estados da federação brasileira, até 2012, ano do último mapeamento realizado, observamos que apenas 6 possuíam algum tipo de marco legal (legislação) que trata sobre a Economia Solidária, e que muitos desses ainda não apresentaram mudanças significativas para a sua ascensão.

Tabela 2 - Legislação de economia solidária nos municípios brasileiros

Estado	Município	Legislação	Ano de edição
Minas Gerais	Contagem	Lei nº 4.025	2006
	Montes Claros	Lei nº 3997	2008
	Varginha	Lei nº 3.698	2002
Mato Grosso	Tangará da Serra	Lei nº 2.460	2005
		Lei nº 2.752	2007
Paraná	Porto Velho	Lei nº 1628	2005
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Lei nº 6.000	2003
	Santa Maria	Lei nº 5.150	2008
Santa Catarina	Itajaí	Lei nº 5.245	2009
São Paulo	Campinas	Lei nº 10.039	1999
	Guarulhos	Lei nº 6.619	2009
	Hortolândia	Lei nº 1.236	2003
	Osasco	Decreto nº 9.821	2007
		Decreto nº 9.822	2007
	Decreto nº 9.823	2007	
	Santo André	Lei nº 9.058	2008

Fonte: OLIVEIRA, J. A. S. Economia Solidária: análise das políticas públicas aplicadas em Mato Grosso do Sul

Diante do ponto de vista de políticas de inclusão social mediante a intervenção do Estado, a Economia Solidária apresenta seus limites e contradições, visto que os planejamentos de ações a longo prazo e a interferência na economia real das comunidades exigiram uma posição cada vez mais ativa dos governos. Sendo assim, “de alguma maneira podemos afirmar que as exigências da Economia Solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e a defesa da participação mais ativa do estado no enfrentamento das questões sociais” (SCHIOCHET, 2009, p. 216).

2.2 O apoio e fomento á políticas públicas no Brasil

Atualmente, a grande dificuldade da Economia Solidária é se tornar uma política pública ampla, que envolva vários segmentos da sociedade brasileira, incluindo os político-partidários, a fim de ser reconhecida como capaz de estabelecer novos princípios de sociedade e novas formas de produção e consumo (SOUZA, 2012).

As políticas de governo são aquelas desenvolvidas durante mandatos específicos, ficando à mercê do governo em vigência. Não estão consolidadas e ainda tem suas ações incipientes. Já as políticas de Estado são aquelas consolidadas, reconhecidas e integradas ao aparelho do Estado (GAIGER, 2012).

Uma das exigências quanto ao marco legal para a Economia Solidária é o

seu reconhecimento como política de estado. Ao reconhecer e dar direitos aos empreendimentos econômicos solidários há a construção de uma ponte para o assentamento da Economia Solidária enquanto política de estado. Enquanto isso, a institucionalização de políticas públicas no Brasil tem avançado e são exemplos a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários.

Em abordagem aos órgãos e conselhos envolvidos na política social e economia solidária, em junho de 2003 foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária, CNES, juntamente com a SENAES para atuar como órgão consultivo e propositivo na intermediação permanente entre órgãos do governo e membros da sociedade civil que atuam ou fomentam ações de Economia Solidária (BRASIL, s.d). As competências da SENAES foram estabelecidas através do decreto 5.063, de 03 de maio de 2004, art. 18, incisos de I a XV, dentre os quais cabe destacar (texto citado na íntegra):

O Conselho Nacional de Economia Solidária, CNES, foi criado juntamente com a SENAES, em junho de 2003, para atuar como órgão consultivo e propositivo na intermediação permanente entre órgãos do governo e membros da sociedade civil que atuam ou fomentam ações de Economia Solidária (BRASIL, s.d).

A estrutura do CNES compõe-se por:

Plenário: Órgão deliberativo máximo do CNES, formado pelos 56 representantes que integram o CNES. A essa instância cabe formular, decidir e encaminhar proposições de competência do Conselho (BRASIL, 2006b).

Comitê Permanente: Composto por nove membros sendo três representantes de cada segmento – governo, empreendimentos econômicos solidários e sociedade civil e serviços sociais. Tem como competência a preparação da pauta das reuniões, o auxílio ao Presidente do CNES nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário, e a tomada de decisão *ad referendum*, em caráter emergencial (BRASIL, 2006b).

Secretaria Executiva do CNES: Instância responsável pelo apoio técnico-administrativo às demais instâncias. Atua sob a supervisão, orientação e coordenação da SENAES (BRASIL, s.d; BRASIL, 2006b).

Através da Resolução em 2012, o nº 04, de 04 de julho de 2012, O CNES institui o Plano Brasil Justo e Solidário – Agenda Transversal – como orientador da sua atuação. A estratégica na articulação das políticas de Economia Solidária e na execução do PPA 2012-2015.

Comitês Temáticos: Atuam sobre temas específicos relacionados às políticas públicas de Economia Solidária. Tem por função o estudo, debate, elaboração de propostas, recomendações e pareceres, além do oferecimento de subsídios. Atualmente, existem cinco Comitês Temáticos, que trabalham com os temas: comercialização, Redes e Cadeia de Produção e Consumo; o Crédito e Finanças Solidárias; a Formação e Assistência Técnica; o Institucionalidade da Política Nacional; e o Marco Jurídico

A estrutura do CNES é ainda composta por:

Plenário: Órgão deliberativo máximo do CNES, formado pelos 56 representantes que integram o CNES. A essa instância cabe formular, decidir e encaminhar proposições de competência do Conselho (BRASIL, 2006b).

Comitê Permanente: Composto por nove membros sendo três representantes de cada segmento – governo, empreendimentos econômicos solidários e sociedade civil e serviços sociais. Tem como competência a preparação da pauta das reuniões, o auxílio ao Presidente do CNES nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário, e a tomada de decisão *ad referendum*, em caráter emergencial (BRASIL, 2006b).

Secretaria Executiva do CNES: Instância responsável pelo apoio técnico-administrativo às demais instâncias. Atua sob a supervisão, orientação e coordenação da SENAES (BRASIL, s.d; BRASIL, 2006b).

Comitês Temáticos: Atuam sobre temas específicos relacionados às políticas públicas de Economia Solidária. Tem por função o estudo, debate, elaboração de propostas, recomendações e pareceres, além do oferecimento de subsídios. Atualmente, existem cinco Comitês Temáticos, que trabalham com os temas: Comercialização, Redes e Cadeia de Produção e Consumo; Crédito e Finanças Solidárias; Formação e Assistência Técnica; Institucionalidade da Política Nacional; e Marco Jurídico.

Em 2012, através da Resolução nº 04, de 04 de julho de 2012, o CNES institui o Plano Brasil Justo e Solidário – Agenda Transversal – como orientador da sua atuação estratégica na articulação das políticas de Economia Solidária e na execução do PPA 2012-2015. Diante o cenário criado pela estruturação do CNES, podemos pensar ainda que diante muitos atributos propostos temos diversos desafios a serem transpostos em reflexão a sua mistificação como um sistema “salvador dos menos favorecidos”.

2.3 Economia solidária

A Economia Solidária no Brasil surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2000, p.13).

Para complementar essas ideias, Singer (2003) diz que o homem produz sua própria existência a partir das relações com os outros, ele produz e é produzido pelo outro. Segundo o autor, os homens são sujeitos de suas histórias, pois na medida em que se inserem e se definem no conjunto de suas relações sociais desempenham atividades transformadoras destas relações. Eles são ao mesmo tempo passivos e ativos, determinados e determinantes.

Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se

dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transportes, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc. O modo solidário de produção e distribuição parece “à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias; mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. (SINGER, 2000, p.13).

França Filho (2009) aponta que autogestão é a principal forma de organização dos atores que atuam no campo da Economia Solidária, e que promove uma forte crítica ao modelo de organização capitalista, calcado, principalmente, na estrutura burocrática. Partindo dessa visão crítica busca uma forma de organização, em uma dada coletividade, que supera a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, ou seja, ela rompe com a dualidade entre administradores e administrados. Surge dentro dos movimentos operários como uma alternativa ao modelo de heterogestão capitalista, contra a exploração do trabalho, possuindo, deste modo, um caráter antiburocrático. A autogestão “é o meio que a classe trabalhadora tem de governar a si mesma, e de evitar a imposição das decisões de minorias desfavoráveis” (CARVALHO, 1983, p. 96).

Desenvolvimento Sustentável: O conceito de desenvolvimento sustentável seria uma oposição ao desenvolvimento característico do regime capitalista. O desenvolvimento sustentável se baseia também no aumento das preocupações com as questões ambientais e de escassez dos recursos naturais.

Moeda Social: Uma moeda criada para o desenvolvimento da economia local, em paralelo à moeda oficial de um país. Costumam surgir em épocas de crise econômica, quando a moeda local está geralmente enfraquecida.

Redes: Representando novas formas de organização com base na ação coletiva, as redes, são formas menos hierárquicas e vistas pela sociologia como tipos de relação ou prática social. Segundo Scherer-Warren (1999, p. 22), “da sociologia vem a ideia de redes como articulação política, ideológica ou simbólica”. De 2010 a 2012 foi realizado o segundo Mapeamento Nacional, com uma base de dados concluída com subsídios de 19.708 EES (MTE, 2013) o qual se formatou em um banco de dados para esta pesquisa.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária busca garantir a articulação entre empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos, e para isso, estrutura-se de maneira que esses três segmentos estejam presentes e em interação (FBES, s.d). As entidades nacionais presentes na estrutura do FBES, que já chegou a contar com 16 entidades, são as seguintes:

Cáritas Brasileira: Fundada em 12 de novembro de 1956, é uma organização membro da Rede Cáritas Internacional. Atua no fomento às iniciativas de Economia Solidária, segurança alimentar e nutricional e fundos solidários (CÁRITAS, s.d).

Instituto Marista de Solidariedade (IMS): Atuam em diversos espaços de Economia Solidária espalhados pelo Brasil, incluindo o Fórum Estadual de Economia Solidária do Mato Grosso do Sul. Trabalha com projetos como “Rede Brasileira de

Comercialização Solidária”, “Cadeia Produtiva do Pequi – MS” e “Rede CFES: Formação e Assessoria Técnica – Sudeste” (IMS, s.d).

Rede ITCPs: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. É formada por 41 incubadoras e tem por objetivo apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de Economia Solidária, além da prestação de assessoria a grupos já consolidados (REDE ITCPs, s.d).

Rede Unitrabalho: Atua com o Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Unitrabalho. O Programa é implementado por meio de universidades integradas à Rede e, “parceria com diferentes segmentos da comunidade. Participam dos projetos centros de pesquisa, informação, formação, produção e planejamento no campo da Economia Solidária” (UNITRABALHO, s.d).

Unicafes: União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, fundada em junho de 2005, em Luziânia, Goiás. Essas entidades nacionais representam atualmente algumas das ações estruturadas em frentes importantes como distribuição de renda, segurança alimentar e cuidados com o meio ambiente. Além de contribuírem para a pesquisa e formação dentro da temática.

2.4 Economia solidária em Mato Grosso do Sul / FEES-MS e legislação

Sua primeira Plenária ocorrida em Mato Grosso do Sul foi promovida durante a Festa dos Municípios, em outubro de 2003, por incentivo da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, que reuniu diversos produtores que ainda desconheciam o movimento da Economia Solidária (FEES/MS, s.d).

Ao final do segundo dia da Plenária, foram indicadas três pessoas para comporem a Coordenação Nacional do recém-criado FBES. Esses representantes ficaram responsáveis por organizar uma equipe Pró Fórum no estado, a fim de desenvolver o Fórum Estadual em Mato Grosso do Sul (FEES/MS, s.d). O referido Fórum só veio acontecer em 22 de maio de 2005, onde, enfim foi oficialmente criado o FEES/MS. Hoje o Fórum desenvolve suas atividades no prédio da Central de Comercialização de Economia Solidária, localizada em Campo Grande - MS que veio a ser constituído após as reuniões de seus membros e associados para atendimento das demandas (FEES/MS, s.d).

Em 28 de janeiro de 2003 é criada pelo Decreto nº 11.082 Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), caracterizando-se como pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos (MATO GROSSO DO SUL, 2003).

Logo em sua criação a FUNTRAB pelo Decreto nº 11.082, de 28 de janeiro de 2003 contava com três órgãos e duas unidades administrativas: Órgão Colegiado de Deliberação Superior, formado pelo Conselho Administrativo; Órgão Colegiado de Direção Superior, formado pela Diretoria-executiva; Órgão de Direção Superior Gerencial, formado pela Presidência; Unidade de Execução Operacional subdivida em três coordenadorias: o Coordenadoria de Ações do Trabalho; o Coordenadoria de

Economia Solidária; o Coordenadoria de Qualificação Profissional.

Unidade Seccional de Apoio Administrativo e Operacional Entretanto, o Decreto nº 13.827, de 3 de dezembro de 2013, instituiu o novo estatuto para a FUNTRAB, a qual hoje tem por nome “Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul”, alterando sua estrutura para a seguinte composição: Órgão Colegiado de Deliberação Superior: o Conselho Administrativo; Órgão de Direção Superior Gerencial: o Diretoria da Presidência.

- Órgãos de Assessoramento: Assessoria de Gabinete; Procuradoria Jurídica; Assessoria de Comunicação; assessoria técnica e de planejamento.
- Órgãos de Execução Programática: Coordenadoria de Estudos e Pesquisas; Coordenadoria do Trabalho; Coordenadoria de Qualificação Profissional;
- **Coordenadoria de Trabalho e Economia Solidária;** Coordenadoria de Microcrédito.
- Órgãos de Execução Instrumental: coordenadoria de finanças; coordenadoria de Administração.

Por conseguinte, a coordenadoria responsável pela Economia Solidária no estado, fica restrita a coordenaria de trabalho, formando uma só, sendo diretamente subordinada à Diretoria da Presidência da Fundação. Outro ponto a destacar junto a coordenadoria de Economia Solidária dentro da FUNTRAB que de acordo com art. 20, do Decreto nº 13.827, de 3 de dezembro de 2013, compete as seguintes funções:

- I - coordenar a elaboração, a implantação e execução das ações e projetos de geração de renda para pequenos e micros empreendedores no âmbito do Estado, com foco na eficiência, eficácia e efetividade social;
- II - apoiar a organização de empreendimentos solidários, como cooperativas ou associações, assessorando e acompanhando grupos produtivos e fomentar o acesso ao mercado dos produtos e a serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários, por meio de pontos fixos de comercialização, em regiões estratégicas do Estado;
- III - implementar e fortalecer a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul;
- IV- manter articulação com redes de organizações governamentais e não governamentais, para implementação de políticas de geração de trabalho e renda no âmbito do Estado;
- V - manter intercâmbio com instituições públicas e privadas para assistência nas áreas de marketing, gestão, financeira e técnica visando estabelecer um sistema de cooperação para o desenvolvimento de programas e projetos de geração de renda e exportação de produtos;

VI - realizar estudos de viabilidade econômica e planos de negócios para inserção dos produtos em condições econômicas favoráveis.

Assim sendo, a FUNTRAB, em parceria com outras instituições públicas e privadas e demais entidades da sociedade civil, buscam constantemente fomentar a Economia Solidária em Mato Grosso do Sul. Apesar de demonstrar a limitação e a impossibilidade de certo modo da “Economia Solidária” ser um projeto de transformação social e ainda atuando dentro do mercado capitalista, podemos verificar em vários contextos que a mesma solicita atuar, que querer ainda não é poder.

A Lei Estadual nº 3.039, de 5 de julho de 2005 consistia no Programa que foi vinculado à Fundação de Trabalho de Mato Grosso do Sul e tinha por objetivos estimular a formação de organizações econômicas solidárias de autogestão, potencializar o desenvolvimento de atividades econômicas dessas organizações, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, criar mecanismos e apoiar na legislação das atividades das empresas de Economia Solidária, com tratamento jurídico diferenciado, dentre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2005).

Leis municipais de Economia Solidária em Mato Grosso do Sul tem por finalidade captar recursos públicos ou privados, mediante convênios, parcerias, dotações orçamentárias, transferências, aplicação dos recursos, para executar a política de Economia Solidária. Também visa o fomento, a capacitação e qualificação profissional para a geração de trabalho e renda através de empreendimentos e organizações de finanças solidárias. Cabe ao Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES): I - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal da Economia Solidária; e II - aprovar a destinação e utilização dos recursos do Fundo Municipal de Economia Solidária (DOURADOS, 2014).

Em 2015, a Câmara Municipal de Dourados também aprovou o projeto de lei nº 53/2015, de autoria do vereador Elias Ishy (PT), que visava assegurar 30% (trinta por cento) do espaço físico destinado à praça de alimentação e à área de comercialização de produtos aos empreendimentos de Economia Solidária em todos os eventos festivos e culturais previstos no calendário do município (CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS, 2015).

Além desses dois municípios, existe a tentativa de tramitação de um projeto de lei em Campo Grande, capital do Estado. Ambas as leis encontradas, apesar de não ter ainda sido referenciadas nos mapeamentos até 2012, somam-se aos esforços do Fórum de Economia Solidária como estratégias de institucionalização e aparecem como referências nas entrevistas desse trabalho. Na relação de gênero, ao contrário da tendência que se denota nacionalmente, os empreendimentos solidários de Mato Grosso do Sul têm em sua composição maior número de mulheres, 59,27%, enquanto os membros masculinos representam 40,72% do total de membros associados.

	Mulheres	%	Homens	%
Brasil	620.258	43,6	803.373	56,4
Mato Grosso do Sul	5.669	59,3	3.895	40,7

Tabela 6 - Quantidade de sócios e distribuição segundo o sexo

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos micro dados disponibilizados pelo SIES 2010 - 2012.

Outro dado importante a destacar através dos micro dados da base do SIES 2010 – 2012 é que dos 294 empreendimentos do estado, 201 afirmam ter acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação. Estes dados de maneira geral chamam atenção para um contraditório com base nas informações já levantadas nos tópicos anteriores, mas apesar de ser maioria os empreendimentos terem algum tipo de assistência, esse número é insatisfatório pela grande necessidade dos membros dos empreendimentos adquirirem qualificação e bases para emancipação do trabalho.

E como a principal atividade econômica, está a produção ou comercialização de produtos feitos pelos próprios associados e em segundo lugar está a comercialização ou organização da comercialização. Esses dados ficam mais consistentes nas tabelas 7 e 8. Um fator preponderante em relação a ECOSOL está na sua forma organizativa, ou seja é um fator relevante que se pauta com o marco legal para os empreendimentos econômicos solidários. Através de seu último mapeamento feito pelo SIES 2010 – 2012, o mesmo aponta que a maioria dos empreendimentos permanece na informalidade (58,5%) ou assume a forma de associação (36,7%) e que apenas 3,4% dos empreendimentos são registrados como cooperativas, o que demonstra a dificuldade dos empreendimentos de Economia Solidária atenderem aos requisitos impostos pela atual legislação para serem registrados legalmente como cooperativas.

Na visão de seus defensores, a ‘Economia Solidária’ poderá, gradativamente, superar o capitalismo, tendo como início de sua atuação os interstícios isentos das determinações do capital.

3 | METODOLOGIA

Diante dos objetivos propostos, a pesquisa pode ser caracterizada como como bibliográfica descritiva e qualitativa, uma vez que busca identificar o marco teórico que determinou os assuntos aprofundados nesta pesquisa. A respeito da sua natureza, a pesquisa pode ser considerada aplicada, uma vez que propõe gerar conhecimentos para a análise prática, voltadas à avaliação de problemas determinados. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, buscando analisar o fenômeno com maior profundidade, promovendo maior familiaridade com as questões expostas, auxiliando na identificação de variáveis. A abordagem utilizada é qualitativa, tendo como métodos principais a revisão de literatura, e a coleta de dados. Os métodos e técnicas incidiram em observação, aplicação de questionário e entrevistas.

Esta pesquisa não se prendeu a apenas avaliar o processo de institucionalização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul. Mas também abrangeu ao conhecimento de outros fatores tais como: as práticas e fundamentos das políticas públicas e Economia Solidária. O estudo foi realizado em empreendimentos econômicos solidários in loco, as quais representam o segmento de Economia Solidária na Cidade de Mato Grosso do Sul.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Empreendimentos de Economia Solidária para Gaiger (2003) compreendem diversas modalidades de organização econômica, sendo originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Essas três entrevistas seguiram a intenção de demonstrar a institucionalização, o entendimento e o funcionamento dos empreendimentos solidários ligados à Central, mas também destacar as dificuldades relacionadas à autogestão e viabilidade econômica dos mesmos.

A primeira pergunta direcionada às entrevistadas foi se tinham conhecimento sobre a Lei nº. 3.039 de 5 de julho de 2005, e o que essa lei trouxe de resultados para Economia Solidária em sua opinião do Mato Grosso do Sul.

As respostas foram positivas apesar de não demonstrarem profundo entendimento da legislação, a senhora Entrevistada destaca a importância da inserção dos deficientes visuais no mercado de trabalho, enquanto para a senhora Entrevistada, a cedência do prédio da Central foi o resultado direto da referida Lei, mas ela destaca o esforço conjunto em detrimento à atuação da Lei. A senhora Entrevistada, que trabalha com o Ateliê de costura citou a percepção da falta de recursos mesmo com a Lei.

Quando questionadas sobre a participação no mapeamento do SIES 2010 / 2012, as entrevistadas divergiram e ressaltaram que não tinham conhecimento sobre o mapeamento, mas de acordo com a senhora Entrevistada que participou com seu grupo de artesanato do mapeamento todos os três empreendimentos foram mapeados. Assim como os empreendimentos indicados pelo Fórum, mas que não possui conhecimento de todos os empreendimentos mapeados e de suas naturezas como empreendimentos solidários.

A impressão das entrevistadas quanto ao direcionamento dos recursos referente às políticas públicas para os empreendimentos econômicos solidários passa pelo reconhecimento do apoio logístico para o funcionamento dos empreendimentos, a escassez de recursos que ainda não atendem por completo a todas as demandas e na elaboração mais refinada demonstrando a preocupação iminente com o cenário político atual:

Essa correlação estabelecida entre o interesse governamental de execução das políticas públicas e a possibilidade de acessos aos recursos por meio das ações desenvolvidas fica clara na fala da entrevistada e enuncia as incertezas de continuidade

da Economia Solidária como política pública. A participação do Estado ainda se mostra pouco expressiva, ficando os empreendimentos reféns de políticas de governo e da vontade de grupos políticos.

A Economia Solidária depende, segundo Vieira (2005) de um amplo conjunto de políticas públicas, composta não só pela criação de legislação, mas de mecanismos de financiamento, constituição de redes de pesquisa e inovação, além da incorporação dos empreendimentos em outras políticas como as do setor industrial e de comércio exterior e de compras do setor público.

Quando o tema em pauta foi a autogestão e a divisão dos lucros nos empreendimentos de Economia Solidária e seu funcionamento, o aspecto citado pela senhora Entrevistada que trabalha com massoterapia foi a divisão dos lucros de maneira diferente para cada tipo de massagem oferecida, o que torna o negócio mais ou menos rentável para cada membro. É a partir da práxis processual, do cotidiano, que Gaiger (2003) explica o quanto são importantes os aspectos de solidariedade no envolvimento dos membros e da adoção da equidade como princípio fundamental para que sejam possíveis a socialização dos recursos produtivos, materiais ou cognitivos. Essa prática se traduz na autogestão como uma forma de recuperar a autonomia econômica e organizacional deixadas de lado pelo capitalismo, por meio de novas relações sociais produtivas, mais horizontais e controladas pelos próprios trabalhadores (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; SINGER, 2007).

Os rendimentos provenientes dos trabalhos dos grupos variam de acordo com as atividades. O grupo de costura e de artesanato passa por uma queda nos resultados, tornando os ganhos fontes de renda secundárias. Na massoterapia, a fonte de renda também é secundária ainda, mas o empreendimento demonstra maior ritmo de crescimento na fala das entrevistadas. A pesquisa revelou que a união do grupo é um atributo importante para ela considerar como um empreendimento solidário e que mesmo os problemas como a obtenção de linhas de crédito para capital de giro são problemas a serem resolvidos de forma coletiva e não individual. A falta de crédito também é um desafio enfrentado pelos empreendimentos solidários que de acordo com Singer (2013) “são pobres e não têm capital próprio e precisam de crédito até que possam gerar sua própria renda”.

O fortalecimento de ações institucionais para a criação de fundos de financiamento, com atenção especial para esses agentes excluídos dos sistemas de crédito inerentes à lógica capitalista, é fator imprescindível para o funcionamento dos empreendimentos solidários.

5 | CONCLUSÃO

Concluimos que os principais desafios e as principais conquistas apresentaram os mesmo resultados: a geração de renda e a integração/ manutenção da união do grupo. Isso demonstra que, enquanto são consideradas principais conquistas, ainda

permanecem como desafios constantes dentro dos empreendimentos.

Percebe-se um cenário de inadequação do Estado face às novas necessidades econômicas e sociais. Ressaltam-se as transformações necessárias à retração do Estado, demonstrando necessárias providências de regulação e a necessidade atuais, destacando-se o sistema de preservação da constituição e planejamento de um modelo econômico coerente com o momento e a ordem social. As propostas implicariam em assegurar a governabilidade e regularizar a propensão das organizações empresariais e econômicas. Não há de se estabelecer destinados quando o Estado e Políticas públicas e econômicas tendem a andarem justas.

As políticas públicas são desafios constantes no reconhecimento de diversidades e no reajustamento das questões sociais, jurídicas e econômicas.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, H. (1987). **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.

FRANÇA FILHO, G. C. **Incubação de redes de Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário internacional da outra economia. São Paulo: Almedina, 2009.

FRANÇA-FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública?**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-18, Mar. 2004

GAIGER, Luis I. G. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, 2003.

_____. **A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

BRASIL. **Secretaria nacional de Economia Solidária**. Disponível em: < <http://www2.mte.gov.br/institucional/>> acesso em 10 /12/2015.

OLIVEIRA, Josiany Angelica Silva; BENINI, Elcio Gustavo; NASCIMENTO, Thassiany Cuellar Do. **A Economia Solidária no Brasil: Uma Análise da Região Centro-Oeste**. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a15v36n23/15362301.html>. Acesso em 06.12.2016. Acesso em 06 de dezembro de 2016.

SINGER, Paul. **O que é socialismo, hoje**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

_____. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, Paul. **Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho**. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (Org.) **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 2013.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

VIEIRA, F. M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária**: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. 2005. 460f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

SOBRE O ORGANIZADOR

Clayton Robson Moreira da Silva: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 6, 206, 207, 208, 210, 221, 222, 385, 387, 396
Acionista 7, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321
Administração Pública 6, 83, 188, 196, 207, 208, 211, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 240, 241, 253, 259, 260, 267, 306, 351, 385, 386, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 395, 396
Agentes Locais de Inovação 5, 1, 3, 8, 9, 17
Alienação de Controle 308

B

Bambu 7, 10, 261, 262, 263, 265, 267, 269, 270, 271
BPM 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

C

Capital Social 6, 145, 146, 147, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 188
Carta de Serviços 6, 10, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234
Carteira de Investimentos 324
Case Study 7, 46, 185, 223, 273, 285, 336, 337, 338, 339, 345, 346, 364
Círculo das Matrizes Epistêmicas 6, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 130
Comportamento 68, 83, 383
Consumidor 7, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 305, 306, 307, 357
Contabilidade 110, 166, 206, 209, 214, 222, 284, 306, 323, 386, 389, 391, 396, 397
Cooperação Acadêmica 6, 168, 170, 171, 182, 183
Cooperatives 336, 341
Custos 156, 284, 290, 292

E

e-commerce 46, 143, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 305, 306
Educação Superior 109, 168, 169, 186
Empoderamento Feminino 84, 86, 87, 92, 94, 111
Empreendedorismo 17, 18, 31, 32, 110, 112, 131, 146, 152, 156
Equidade 6, 96, 102, 109
Estudos Críticos em Administração 49

F

Fundos Imobiliários 324

G

Gestão do Conhecimento 5, 49

Gestão Financeira 273, 286, 287

Gestão Municipal 190

Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 5, 18, 19

Globalismo 126, 236, 238, 246, 247

Governança 6, 55, 221, 222, 236, 238, 241, 242, 247, 282, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323, 396

Governança Corporativa 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323

I

Incubadora de Empresas 132

Índice de Sharpe 324, 335

Inovação 2, 5, 6, 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 131, 132, 144, 359, 425, 426, 427, 428, 429

Internacionalização 6, 145, 147, 148, 151, 154, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 171, 181, 183, 186, 354, 356, 358

L

Lei de Acesso à Informação 6, 191, 207, 208, 213, 218, 219, 228

Lei de Responsabilidade Fiscal 6, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 207, 208, 211, 222

Liderança 5, 8, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 102, 110, 111, 353, 365, 382, 383

Liderança Situacional 5, 8, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 383

M

Maximização 324

Mercado de Trabalho 6, 99, 108, 109, 112, 369, 371, 383

Mercado Financeiro 308, 322, 323

Micro e Pequenas Empresas 5, 1, 3, 16, 17, 22, 24

Modelagem de Processos 34

Modelo de Internacionalização 6, 145, 151, 165

Mulher 94, 96, 99, 109, 111, 370, 373, 374, 383

N

Neosoberania 236

O

Organic food production 336

Organizational Learning 7, 336, 345, 346, 347

P

Participação 60, 110, 112, 137, 215, 236

Pequena Empresa 17, 49

Pequenas e Médias Empresas 5, 36

Percepção 5, 69, 77, 78, 79, 80, 81, 112

Perfil do Empreendedor Brasileiro 5, 18, 19, 30
Plano de Cargos e Carreira 5, 70, 74, 75, 78, 81
Políticas de Gestão de Pessoas 5, 49
Políticas Públicas 7, 10, 95, 109, 224, 233, 236, 238, 243, 245, 246, 247, 248, 249,
254, 260, 261, 262, 270, 271, 348, 412
Previdência Social 7, 197, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259,
260
Promoção 7, 284, 285, 290
Propriedade Intelectual 131

R

Radar da Inovação 1, 10, 14
Reciclagem 273
Rede de Inovação 131, 132
Retorno 7, 284, 285, 290, 328, 334

S

Satisfação 73, 80, 83, 301, 357, 360, 361
Social Business 7, 338
Sociologia das Ausências 6, 113, 114, 124, 128
Sociologia das Emergências 113, 114, 124, 128
Sustentabilidade 7, 261, 273, 274, 282, 313, 314

T

Tag Along 308, 309, 314, 323
Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição 6, 113, 114, 115, 119, 124, 128
Teoria Uppsala 6, 145, 147, 163, 164
Títulos públicos 324, 326
Transnacionalização 236
Transparência 6, 190, 191, 194, 205, 206, 207, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221,
223, 228, 233, 388, 390

V

Violência Simbólica 5, 9, 84

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-520-4

